

**DISCURSO POPULISTA, DISCURSO NACIONALISTA:
Um estudo dos casos francês e brasileiro à luz de Laclau e Mouffe¹**

Maria Raphaela Campello

Universidade de São Paulo

¹Trabalho preparado para apresentação no X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 11 a 15 de maio de 2020

RESUMO

Este trabalho apresenta-se como esforço inicial no sentido da compreensão do fenômeno global do populismo de direita contemporâneo. Partindo das manifestações de Marine Le Pen na Assembleia Nacional francesa e daquelas de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados Federais brasileira, busca-se investigar as convergências e divergências entre diferentes discursos populistas à luz da definição de populismo fornecida por Ernesto Laclau e da distinção entre populismo e nacionalismo tal qual proposta por Yannis Stavrakakis.

1 POPULISMO: UMA INTRODUÇÃO

O populismo é um fenômeno que vem merecendo atenção da literatura especializada há quase um século. O historiador americano Richard Hofstadter, já em 1955, ocupava-se do estudo do People's Party nos Estados Unidos, atribuindo sua existência às incongruências existentes entre as estruturas políticas e sociais tradicionais e agrárias dos Estados Unidos e o processo de modernização vigente. Alinhados à ideia de que existe um processo universal e unidirecional (STAVRAKAKIS, 2017a) de modernização, de cujas falhas o populismo é resultado, diversos autores latinoamericanos — e alguns europeus, como o historiador britânico Alistair Hannessy (1969), que se debruçaram sobre a América Latina —, buscaram analisar as experiências de seus próprios países. É o caso de Gino Germani (1971) e Torcuato di Tella (1973), para mencionar apenas alguns nomes.

Resguardadas as especificidades de cada autor, destaca-se que tanto os latinoamericanos como o britânico se norteiam pela ideia de modernização unidirecional e pela dicotomia moderno/atrasado (além da ideia correlata de centro/periferia). O fenômeno populista é, assim, compreendido como fruto da transição acelerada pela qual passou a América Latina no começo do século XX, ingressando na modernidade tardiamente (em relação à Europa). Nesse processo, as estruturas políticas e sociais foram abaladas, sem, contudo, sumirem por completo. No campo, observou-se o êxodo rural; nas cidades, o processo de industrialização e o inchaço urbano. Apesar das novidades, as estruturas tradicionais, sobretudo no campo, resistiram. A estrutura política, herdada da “pré-modernidade” latinoamericana, demonstrou-se incapaz de absorver os conflitos que se deslocam do campo para a cidade e as tensões sociais que possuem caráter de novidade. As frações rural e urbana da classe trabalhadora se apresentavam desconectadas, assim como as novas burguesias urbanas e as antigas elites agrárias. A burguesia se viu, assim, impossibilitada de cumprir seu papel histórico de desencadear a revolução burguesa. Não sendo possível a hegemonia de nenhuma classe específica, e saturando-se as expectativas das pessoas quanto às possibilidades da

vida urbana, tornou-se possível que emergissem lideranças populistas capazes de estabelecer uma ampla coalizão de sustentação.

Essa visão, se criticada por autores brasileiros como Francisco Weffort (1978) e Octavio Ianni (1975), não foi plenamente superada. Esses autores, à sua maneira, aderiram à ideia geral de que seria a ausência de estruturas políticas capazes de absorver as novas demandas (frutos de novos grupos e arranjos sociais) geradas pela chegada tardia da modernidade industrial na América Latina a raiz do fenômeno populista. A desarticulação das classes sociais seria o terreno no qual floresceria a manipulação do líder populista.

Não é difícil perceber que se trata de visões negativas do o populismo. O populismo, aí, é uma anomalia do político, fruto de circunstâncias que não obedecem a marcha da modernidade capitalista. Não é mais possível, entretanto, que tomemos a visão assentada no paradigma da modernidade como ponto de partida para os estudos do populismo. Não se trata mais do estudo de uma manifestação histórica pontual, como encaravam historiadores como Hannessy e Hofstadter. O populismo não é mais visto como um fenômeno da introdução do industrialismo na América: à direita e à esquerda, o século XXI tem, ele também, testemunhado a ascensão e a queda de líderes e partidos chamados (majoritariamente de maneira pejorativa) por parte da mídia, da literatura especializada e das pessoas comuns de populistas. Observamos a uma sequência vitórias eleitorais da extrema-direita na Europa (como na Polônia ou na Hungria), bem como o sucesso eleitoral inédito de partidos historicamente marginalizados, como o antigo Front National (atual Rassemblement National) francês — que, no primeiro turno das eleições presidenciais francesas, recebeu apenas 0.26% de votos válidos a menos que o vencedor, Emmanuel Macron, e conheceu sucesso inédito nas eleições para o Parlamento Europeu, em 2019. No continente americano, a posse de Trump em 2017 anunciou a chegada da onda conservadora, como tem sido chamada. Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil, veio a corroborar essa hipótese.

Trata-se de expressões muito distintas daquilo que se chama comumente de populismo, e que merecem, para que o termo não caia em total esvaziamento — ou tome, como tem sido o caso, uma conotação puramente pejorativa — estudos mais

aprofundados. Afinal, pode ser difícil conceber projetos tão discrepantes como o francês, representado pela figura de Marine Le Pen e do Rassemblement National (antigo Front National de Jean-Marie Le Pen, um dos mais tempranos e paradigmáticos casos de populismo de direita europeu) e o brasileiro, onde destacamos a figura do presidente Jair Bolsonaro, como enquadrando-se em uma mesma categoria ontológica. A teoria política, aqui, se prestará a iluminar a realidade. Como salienta Laclau (2005), o populismo não é um desvio ou deformidade da democracia mas, sim, parte constitutiva desta. Daí a importância de buscarmos entender suas manifestações contemporâneas. Para empreender essa discussão, será necessário, em um primeiro momento, empreender uma circunscrição teórica do termo “populismo”, cuja polissemia leva frequentemente a desentendimentos e o torna um tanto elusivo.

2 O POPULISMO À LUZ DE LACLAU E MOUFFE

Laclau (2005, 2013) oferece uma sólida definição de populismo, capaz de sustentar-se frente a críticas vindas de politólogos e historiadores preocupados com o fato de que o amplo e indiscriminado uso do termo poderia levá-lo ao esvaziamento. Em uma abordagem discursiva, Laclau sugere desvincular a categoria “populismo” de qualquer conteúdo particular. O populismo, em sua definição mínima (STAVRAKAKIS et al., 2017b), pode ser entendido como uma forma de articulação entre demandas sociais (insatisfeitas) e a ordem política. Examinemos essa afirmação em maior detalhe.

A articulação é assim definida por Laclau e Mouffe:

No contexto dessa discussão, nós chamaremos de articulação qualquer prática estabelecendo uma relação entre elementos de tal forma que sua identidade é modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos discurso. (LACLAU, MOUFFE, 2014, tradução nossa)².

² In the context of this discussion, we will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice, we will call discourse

A articulação não consiste em um fenômeno puramente linguístico. Assim como o discurso (definido como um sistema diferencial de posições entre elementos linguísticos e não-linguísticos), ela abrange a totalidade das instituições, rituais e práticas através das quais se estrutura a formação discursiva. Ela emerge da própria impossibilidade de fixação de significados de maneira plena; isto é, do fato de que nenhuma identidade social está blindada de forças exteriores que impedem a identificação completa, uma vez que as identidades são, elas próprias, inteiramente relacionais. Da impossibilidade, portanto, de um princípio único que seja capaz de fixar significados inequivocamente, de estabelecer-se um significante transcendental cuja existência independe ou é exterior ao sistema de diferenças. (LACLAU; MOUFFE, 2014).

Este é o terreno no qual Laclau e Mouffe situam o populismo. É o modo de articulação entre as demandas sociais e a ordem política que é comum aos populismos, não seu conteúdo, que é dificilmente definível. Essa frouxidão do termo não é casuística ou mera dificuldade intelectual dos autores que se debruçam sobre o fenômeno. Na verdade, seu caráter elusivo é a própria força e diferencial do populismo. De fato, um consenso acadêmico começa a emergir em torno de uma definição mínima de populismo. Autores como Canovan (1999), Van Kessel (2015) e Mudde e Kaltwasser (2017), parecem afastar-se da ideia de populismo enquanto ideologia — como propõe Stanley (2018). Pelo contrário, as três leituras vão ao encontro da proposta de Laclau (de esvaziamento da noção de “populismo” de qualquer conteúdo ideológico particular) na medida em que rejeitam uma visão idealista centrada no suposto moralismo homogeneizante que seria característico da ideologia populista, cujo resultado seria a separação de dois campos antagônicos, o do povo e o das elites corruptas. (STAVRAKAKIS et al., 2017b). Como aponta Laclau,

Não foi minha intenção encontrar o verdadeiro referente do populismo, mas fazer o oposto: mostrar como ele não possui uma unidade referencial, pois não é um fenômeno delimitável, e sim uma lógica social, cujos efeitos perpassam muitos fenômenos. O populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político. (LACLAU, 2013, p. 28).

Esse modo de construir o político é pautado pela negatividade e a equivalência. Em uma lógica diferencial, positiva, presume-se uma totalidade da comunidade, que opera sem divisões sociais. Assim, qualquer demanda legítima pode ser satisfeita de maneiras não-antagônicas e interadministrativas. (LACLAU, 2005). Entretanto, quando as demandas não são satisfeitas, a articulação pode se dar de maneira negativa, em torno da própria insatisfação generalizada, não de forma propositiva.

Para Laclau, o populismo opera discursivamente em uma lógica de equivalência — não diferencial —, que reduz o número de posições que podem ser combinadas em um mesmo discurso. Apesar do caráter particular de cada demanda, há um agregamento de demandas, que o autor chama de cadeia de equivalências. Por meio da cadeia, todas as determinações diferenciais objetivas dos termos se perdem. Assim, a identidade apenas pode acontecer por meio de uma determinação positiva que abranja todas as determinações ou pela referência a um exterior que lhes é comum. Entretanto, se uma diferenciação positiva pode ser expressa diretamente, sem recurso à prática articulatória, a identidade só pode, portanto, dar-se por meio da referência à externalidade comum e negativa — visto que uma externalidade positiva tornaria impossível o cancelamento de diferenças inerente à relação de total equivalência. Quando todas as características diferenciais de um objeto tornam-se equivalentes, a positividade do objeto torna-se impossível. Através da equivalência, expressa-se o que o objeto não é. Cada demanda, ao mesmo tempo que constituindo uma instância particular, se vê articulada com a totalidade negativa de demandas. A cadeia subverte o caráter plural das demandas e transforma todas as diferenças em identidade: a cadeia elimina a separação entre as demandas, não elas mesmas. (LACLAU; MOUFFE, 2014).

Se, em uma lógica diferencial, o sujeito da demanda era ela própria — sujeito democrático, para Laclau (2005) —, na lógica da equivalência, o sujeito da demanda é expandido, de forma a conter a totalidade da cadeia equivalências — dando origem ao que o autor chama de sujeito popular. Assim, quanto menos as demandas puderem ser individualmente absorvidas por uma ordem política, maiores são as chances de que elas se aglutinem na forma de um sujeito popular, criando as condições para uma ruptura populista.

A constituição de um aglomerado de demandas induz, por sua vez, uma leitura simplificadora da realidade política, que tem como expressão o antagonismo entre o eu (ou nós) e o outro, contrapondo elementos populares e democráticos à ideologia do bloco dominante. De fato, a emergência de uma subjetividade popular só é possível com a delimitação de uma fronteira interna: como a equivalência se dá em termos negativos, é preciso identificar a fonte da negatividade.

Como qualquer discurso, o discurso populista tenta dominar o campo da discursividade e conter a diferença inerente a ele. A especificidade desse tipo de discurso reside no elemento que constitui-se como centro do discurso — para Laclau e Mouffe, o ponto nodal. No discurso populista, o ponto nodal é “o povo”, definido como oprimido. A emergência de um povo, por sua vez, carrega consigo, forçosamente, o surgimento de seu oposto: o “outro” definido como pólo de poder. É em torno desse ponto nodal que se articula a cadeia de equivalências, que apenas é possível se determina uma oposição ao poder que não satisfaz nenhuma das demandas que a conformam. A representação dessa cadeia, por sua vez, só é possível se uma demanda passa a representá-la.

Esse processo é o que Laclau e Mouffe (2014), em seu trabalho seminal, “Hegemonia e estratégia socialista”, chamam de hegemonia: a construção de uma significação popular. A hegemonia consiste na articulação entre significantes, isto é, agentes sociais, que gera identidade coletiva. Nessa articulação, os significantes apenas possuem significado relacional (daí a necessidade de um outro que surge concomitantemente ao povo). Quando um novo significante é incluído na cadeia, portanto, só pode adquirir significado por meio do estabelecimento de relações com os outros elementos, modificando a própria natureza da cadeia — processo que os autores chamam de “antagonismo”.

A constituição de algum tipo de universalismo retórico — e, conseqüentemente, algum nível de dicotomização do social — não é, portanto, característica exclusiva do populismo. O esvaziamento de significantes é necessário para a construção de qualquer tipo de identidade coletiva — já que a identificação é, em última instância, impossível — na lógica hegemônica. Na verdade, pode-se argumentar que esta seja uma

característica de toda a esfera do político, entendido com algum tipo de representação. O populismo é apenas uma das formas que essa pretensão à universalidade pode tomar.

Para distinguir o discurso populista de outros discursos (presentes, muitas vezes, em uma mesma sentença), é preciso atentar para os dois critérios mínimos. Primeiro, qual a posição do significante “povo” na cadeia de equivalências. Em seguida, se este povo está articulado negativamente com uma segunda categoria, a do outro. Se, entretanto, qualquer discurso em alguma medida visa a criar algum tipo de identidade coletiva e fixar significado, cabe perguntar-se não se um discurso é populista, mas qual seu grau de seu populismo, isto é, em que medida se dão essas articulações na lógica da equivalência e qual é a posição — isto é, se trata-se de um elemento central ou periférico — do significante “povo”.

2.1 Nacionalismo ou populismo?

É possivelmente essa forma de associação, que produz identidades coletivas em torno de um significante esvaziado (“o povo”) que induz alguns autores a tratarem nacionalismo e populismo como imbricados ou faces diferentes de um mesmo fenômeno. Também é explicativo o fato de que o Estado-nação é o contexto do debate democrático e da representação, e que partidos populistas normalmente se apresentam no nível nacional. Parte da literatura sobre o populismo tem aceito a associação entre “povo” e “nação” sem considerar que isso pode ser um resultado do condicionamento do campo simbólico pelo domínio do Estado-nação. (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, 2017).

Entretanto, populistas e nacionalistas operam de maneira distinta. Como aponta Stavrakakis (2017a), quando nacionalistas se referem ao povo, este significante encontra-se na periferia da cadeia de significação ou remete à “raça”, “nação”, termos que funcionam, no discurso nacionalista, como pontos de referência originais e míticos que tentam fixar permanentemente o significado, isto é, operam como pontos nodais em torno dos quais se articulam outros significantes:

Nesse sentido, enquanto discursos populistas (predominantemente inclusivos) podem potencialmente expandir as significações associadas com “o povo” — mesmo incluindo imigrantes —, os usos nacionalistas (predominantemente exclusivos) de “o povo” tentam prender e limitar sua fluidez. (STAVRAKAKIS, p.8, 2017a, tradução nossa)³.

Assim, seguindo-se a teoria do discurso, a nação pode ser vista como “uma comunidade soberana limitada que existe através do tempo e é ligada a um determinado espaço, e que é construída por meio de uma oposição dentro/fora entre a nação e seus grupos externos” (DE CLEEN; STAVRAKAKIS, p. 318, 2017, tradução nossa)⁴ e da qual a “nação” é o ponto nodal.

Para entender a produção de significado por um discurso é preciso atentar à centralidade dos elementos, a quais elementos estão combinados e, sobretudo, como se dá a articulação entre esses elementos. Para fazê-lo De Cleen e Stavrakakis propõem uma metáfora espacial da estrutura de significado que nos permitiria entender a articulação entre populismo e nacionalismo em um mesmo discurso. Enquanto o nacionalismo se articula em termos de dentro/fora, o populismo se articula em termos de alto/baixo, referindo-se a posições ou status hierárquicos. Nesse sentido, enquanto o nacionalismo contrapõe o povo nacional aos outros povos, o populismo contrapõe o povo-oprimido ao “outro”, pólo de poder.

Populismo e nacionalismo são, portanto, discursos diferentes, que articulam significantes diferentes em torno de dicotomias também diferentes. Isso não significa que a literatura que aproxima essas duas formas esteja completamente equivocada ao fazê-lo. De fato, parece que, em muitos casos, populismo e nacionalismos estão articulados — em termos da teoria do discurso — em um mesmo discurso político. Quando isso acontece, os elementos desses discursos adquirem significados outros. Isso explica por que, quando diferentes sujeitos os articulam, os resultados podem ser dramaticamente diferentes. O resultado da equação dependerá da localização do discurso nos eixos dentro/fora e alto/baixo.

³ In this sense, whereas (predominantly inclusionary) populist discourses potentially expand the chain of significations associated with “the people” – even including immigrants – (predominantly exclusionary) nationalist uses of “the people” attempt to arrest and limit this fluidity

⁴ a limited and sovereign community that exists through time and is tied to a certain space, and that is constructed through an in/out opposition between the nation and its out-groups

O que De Cleen e Stavrakakis propõem é um quadro teórico (e uma metáfora espacial) em que a separação entre populismo e nacionalismo é clara, para que se possa estudar como opera essa articulação. Identificando-se os pontos nodais e a estrutura espacial, pode-se elucidar a natureza da relação entre nacionalismo e populismo em cada discurso. Em nosso trabalho, pretendemos lançar mão de tal abordagem teórica da teoria discursiva, proposta por Laclau e Mouffe (2014) e sofisticada posteriormente por autores como Yannis Stavrakakis. Examinaremos a estrutura espacial em que se enquadram os populismos de Bolsonaro e de Marine Le Pen.

3 O POPULISMO EM LE PEN

O Rassemblement National (antigo Front National) é uma das mais notáveis e duradouras experiências daquilo que uma determinada literatura (além da imprensa) costuma denominar populismo de direita europeu (WODAK; KHOSRAVINIK; MRAL, 2013) (BETZ, 1994). O Front National foi fundado em 1972 por Jean-Marie Le Pen, veterano da guerra da Argélia, sob o dogma do nacionalismo francês⁵. Durante mais de 30 anos, foi Jean-Marie seu presidente e a figura que encarnava o espírito do Front. Operando nas margens da política francesa, até a década de 84 o partido era considerado inexpressivo, incapaz de atrair uma quantidade substantiva de votos para os postos de governo. Em 1984, entretanto, o Front demonstrou sua potência nas eleições europeias, onde Le Pen angariou dez por cento dos votos. Seguiram-se uma série de vitórias eleitorais: em 1986, o partido conseguiu trinta e cinco assentos nas eleições legislativas; dois anos depois, 14% dos votos para a presidência da República foram direcionados a Jean-Marie Le Pen. Não obstante, durante as décadas de 1980 e 1990, o Front National insistiu em uma retórica que o colocava como um grupo político excluído pelas forças da política tradicional, pela oligarquia dos grandes (e corruptos) partidos franceses, isto é, pelo *establishment*, então representado pela UDF (Union pour la Démocratie Française), PS (Parti Socialiste) e pelo PCF (Parti Communiste Français). De fato, o

⁵ O Front originou-se da ruptura entre o Ordre Nouveau (ON), último dos grupos neofascistas franceses, com a ala mais moderada do agrupamento, liderada por Jean-Marie Le Pen, após membros do ON entrarem em conflito armado com a Liga Comunista de Paris e serem banidos da política.

Front sempre buscou se colocar como a antítese da ideologia do PS, opondo seu nacionalismo ao “cosmopolitismo” e “multi-culturalismo” representado por este último. (DAVIES, 2012).

Desde sua formação, em conjunto com radicais nacionalistas e neofascistas, o Front adotou uma estratégia de progressiva moderação de seu discurso. Com esse movimento, visava, como efetivamente conseguiu, o aumento da adesão do eleitorado francês. Paralelamente, beneficiou-se constantemente da crise econômica dos anos 1970, da crescente preocupação com a questão migratória (que alonga-se até nossos tempos) e do progressivo desgaste dos partidos tradicionais franceses, cujo epítome deu-se nas eleições de 2016, com os maiores e mais tradicionais partidos incapaz de chegar ao segundo turno das eleições presidenciais. (STOCKEMER, 2017).

Em 2016, o Front National conheceu o triunfo, colocando-se como uma das duas maiores forças eleitorais da França. Parte da literatura sugere que esse sucesso foi fruto de uma constante estratégia de desdemonização do Front. Sob a liderança de Marine Le Pen, o partido, além de mudar de nome, buscou dissociar-se dos rompantes racistas e antissemitas de Jean-Marie, em uma grande campanha de comunicação. Sob a fachada da moderação, contudo, parece sobreviver uma retórica que guarda profundas similaridades com aquilo que o Front, sob a liderança de Jean-Marie Le Pen, outrora defendeu — a saber, a defesa de políticas anti-imigratórias, baseadas no nacionalismo e na intolerância. (STAVRAKAKIS et al., 2017b).

Uma diferença importante, contudo, emerge. Se, para Jean-Marie, a ideia de povo incluía uma conotação racial, hoje este não é mais o caso. O que se observa é um “racismo diferencialista”, que enfatiza a incompatibilidade entre determinadas culturas (sobretudo o Islã) e os valores autenticamente franceses. O imigrante aí aparece não como uma ameaça étnica propriamente dita, mas uma ameaça à história, à cultura e a civilização francesas. (STAVRAKAKIS et al., 2017b).

O que se observa no discurso populista francês é uma identidade entre povo e nação, onde é esta última o centro em torno do qual se articulam outras noções periféricas. Isso se torna evidente quando partimos para a análise das manifestações de Marine Le Pen na Assembleia Nacional, enquanto representante da região de

Pas-de-Calais, entre 6 de junho de 2017 e 20 de maio de 2018. Apesar de Laclau e Mouffe não empreenderem expressivas análises de material empírico, suas categorias de teóricas podem converter-se em ferramentas de análise de discurso: pontos nodais, mitos, correntes de equivalência, formações grupais, significantes flutuantes, hegemonia, antagonismo, entre outros, podem ajudar a observar como se organizam os discursos, as identidades e o espaço social (JØRGENSEN, PHILLIPS, 2002). A análise, sugerem Jørgensen e Phillips (2002), pode começar com como os significantes chaves (e vazios) estão combinados com outros signos. Partimos de “povo” e “nação” para empreender nossa análise e buscar identificar as lógicas diferenciais antagonísticas constituídas pelo discurso populista. Investigamos, portanto, a quem, ou a quê, os discursos populistas buscam se opor.

Uma análise preliminar de nossas fontes permite fazer alguns apontamentos. Foi possível identificar duas formas principais como a noção de povo é mobilizada por Le Pen. Na primeira, o povo insere-se como equivalente à nação. A manifestação mais óbvia dessa equivalência foi encontrada no seguinte trecho: “O direito é o instrumento primeiro da soberania popular, pela qual cada povo, cada país, cada nação pode determinar suas próprias regras normativas, regendo a vida de sua sociedade” (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)⁶.

Já a segunda ideia, que também se encontra presente no trecho acima, permeia a grande maioria das intervenções de Marine: a ideia de um povo ligado à soberania popular frente às instituições (sobretudo a Justiça francesa e as instituições europeias). Nesse sentido, Le Pen busca insistentemente convencer seus colegas da Assembleia Nacional de que as vontades legítimas do povo francês são soterradas pelas decisões de instituições que usurpam a soberania popular — inclusive em seu direito de dizer não às imigrações e às decisões das instituições supranacionais da União Europeia.

Fica evidenciado que o povo, no sentido em que adquire nos discursos de Le Pen, define-se em sua relação a exterioridades como a União Europeia, os demais países da Europa e, em menor medida, quanto à sua relação com o sistema judiciário francês, que não o permite tomar decisões que o libertariam de sua posição de subjuço às

⁶ Le droit est l'instrument premier de la souveraineté nationale, par laquelle chaque peuple, chaque pays, chaque nation peut déterminer ses propres règles normatives, régissant la vie de sa société.

instituições europeias. Por meio do referendo popular, segundo Le Pen, o povo poderia subverter essa situação. É um povo, portanto, que mesmo quando colocado como oposto a uma elite nacional, encontra-se nessa posição porque essa elite é ela própria sujeita à ordem globalista, esta sim identificada como o maior inimigo da nação francesa. É quando analisamos os usos dos signos “nação” e “França” que essa oposição torna-se mais clara. A ideia de nação, tal qual utilizada por Le Pen, está prenhe de associações negativas com os seguintes termos: globalismo, União Europeia, “europeístas”, imigrantes e Bruxelas. A nação, portanto, define-se em oposição ao resto do mundo.

Essas constatações preliminares parecem ir ao encontro das propostas de Stavrakakis et al.(2017b): como sugere o autor, a soberania popular é equivalente à soberania nacional. A oposição mais marcante e importante estabelecida é entre o conjunto povo-nação e a União Europeia e às imigrações, que estão imbricadas — a UE e a ideologia globalista como responsáveis pela crise imigratória e conseqüente ameaça à cultura e civilização francesas. Nacionalismo e protecionismo são os antídotos à ameaça externa. Tendemos a concordar com os autores (2017b), que afirmam que determinados elementos populistas estão presentes no discurso de Le Pen, sobretudo na defesa da soberania popular (via referendo) frente a instituições perniciosas, que seria capaz de empoderar o povo a despeito das diferentes posições sociais. Mas esses elementos estão subordinados à equivalência, em última instância, entre soberania popular e soberania nacional. Nesse sentido, afirmam, é a nação francesa que opera como o significante transcendental do povo.

Somos agora, portanto, capaz de localizar Marine Le Pen no espectro proposto por De Cleen e Stavrakakis (2017). O elemento primário, ou central, do discurso de Le Pen, não é o populismo mas, sim, o nacionalismo. O povo é concebido de maneira estreita e exclusivista, em oposição, sim, a uma elite nacional, mas esta mesma é lida como representante das ideias cosmopolitas e globalistas que vêm de fora da França e a ameaçam em sua soberania. Gostaríamos de sugerir que a força do elemento nacioanalista e xenófobo do discurso de Le Pen traduz a tradição colonialista e

anti-migração⁷ da qual o Rassemblement National é herdeiro, tendo sido originado por uma série de partidos de extrema-direita nacionalistas unidos em torno do projeto do Ordre Nouveau, nacionalista radical, anti-imigração e anticomunista. Essa tradição passa pelo colonialismo e pela descolonização,⁸ que estão na origem daquilo que Mbembe (2006) classifica como etno-nacionalismo racializante:

O princípio que preside a ideia nacional francesa não foi totalmente limpo de toda suspeita étnica e, pela força das coisas, racializante. No fundo, quanto mais se invoca ritualmente os “valores da República” e o universalismo para se opor àquilo que se chama de “comunitarismo”, mais colocamos a nu (...) essa realidade. (MBEMBE, p. 141, 2005, tradução nossa⁹).

Passa igualmente, entretanto, pelo anticomunismo que, com o anti-gaullismo, consistia na tônica principal do Ordre Nouveau. (LEBOURG, PREDA, BEAUREGARD, 2014).

4 O populismo em Bolsonaro

O Rassemblement National e Marine Le Pen servem de contraponto essencial para que possamos prosseguir para a análise do caso brasileiro, onde o nacionalismo não parece, à primeira vista, constituir no elemento central do discurso do ex-capitão Jair Bolsonaro. Bolsonaro é herdeiro direto de uma tradição autoritária militarista, que remete ao governo militar instaurado em 1964: um projeto repressivo baseado na utopia autoritária segundo a qual seria possível extirpar comunistas, subversivos e corruptos que se punham no caminho do destino glorioso do país do futuro (FICO, 2004). Nesse projeto, a contraposição entre homens de bem e os tipos acima descritos foi um elemento ideológico central, muito mais do que o nacionalismo excludente anti-imigração. Segundo Fico, “A principal recomendação da doutrina era o combate

⁷ Camus (1996) assinala que o primeiro programa do Front, em 1972, o colocava como alternativa ao gaullismo e ao comunismo, ao mesmo tempo que se referia aos imigrantes, retomando a linguagem do Ordre Nouveau, como minorias selvagens e inassimiláveis.

⁸ Como lembram Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire, na introdução a *Fracture Coloniale* (2005), a França é uma sociedade pós-colonial, ainda avessada pelas ressacas, prolongamentos e processos coloniais e pós coloniais, heranças sujeitas à transformação.

⁹ le principe qui préside à l'idée nationale française n'a pas été totalement épuré de tout soupçon ethnique et, par la force des choses, racialisant. Au fond, plus on invoque rituellement les « valeurs de la République » et de l'universalisme pour les opposer à ce que l'on appelle le « communautarisme », plus on met à nu (...) cette réalité.

interno ao comunismo” (FICO, 2004, p. 38); combate este enraizado em um anticomunismo anterior mesmo ao regime (MOTTA, 2002). A herança que Bolsonaro carrega desse projeto se evidencia nas inúmeras referências elogiosas ao regime proferidas na Câmara dos Deputados Federais no período que analisamos, entre 2008 e 2018.

Durante os 10 anos de discursos analisados (de 2008 a 2018), a palavra “nação” apareceu frequentemente associada, sempre de maneira negativa, ao Congresso, ao Partido dos Trabalhadores e (ao se referir saudosamente ao regime militar de 1964) ao comunismo. Para Bolsonaro, estes se colocavam como empecilho para que o Brasil se tornasse uma “grande nação”, o que poderia ser alcançado quando o país dispusesse de um presidente honesto, cristão e patriota. A palavra “Brasil” é mais frequente. Quando observamos suas ocorrências, salta aos olhos o fato de que ela esteve frequentemente associada a regimes políticos estrangeiros. Porém, ao contrário do que acontece com Marine Le Pen, os alvos da fúria de Bolsonaro não são países que originam fortes fluxos migratórios para o Brasil — com a notável exceção do Haiti —, mas países cuja própria existência, com seu código cultural, político e valorístico, ameaçam o Brasil. Trata-se de países que Bolsonaro considera orientados em direção ao comunismo: Venezuela, China e Cuba. Na maioria das ocorrências, entretanto, o Brasil aparece como expressão da vontade do povo, e seus inimigos são aqueles mesmos que desafiam a soberania de tal vontade. Analisemos essas associações a seguir.

O povo, no contexto dos discursos de Bolsonaro, está associado negativamente aos grupos e instituições de poder. Ele se opõe ao Supremo Tribunal Federal, ao Partido dos Trabalhadores, à ex-presidente Dilma Rousseff, à classe política, à Câmara dos Deputados, aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, à China e Cuba, aos perpetradores da corrupção, às falsas lideranças, à radicalização ideológica, à esquerda, ao comunismo. Chama atenção, nos discursos de Bolsonaro, a grande fração destes que foi destinada a atacar ideais, pessoas e partidos, se comparada à pequena fração destinada a discutir projetos propositivos — salvo aqueles que concernentes diretamente às forças armadas, em especial a discussão sobre os salários daqueles nelas empregados. Uma outra interessante constatação preliminar, sobre a qual pretendemos nos debruçar

com mais profundidade no futuro¹⁰, diz respeito a uma aparente associação entre a ideia do povo e a do golpe militar de 1964. Com notada frequência, a palavra “povo” aparece associada à defesa do golpe, com o momento onde o “povo” teria ido às ruas pedir o fim do governo comunista de João Goulart. A título de exemplo, essa ideia encontra-se presente no seguinte trecho:

Quanta diferença entre os Governos do PT - o quarto agora - e os cinco Governos militares do passado. No passado havia prosperidade, democracia, liberdade para o povo, crescimento econômico e respeito à família. Hoje, abundam corrupção, violência, desgaste dos valores familiares e uma perfeita tragédia no tocante à economia. Parabéns aos militares de 31 de março de 1964! (DISCURSOS..., 2020)

Encontra-se também em:

Eu temo pelo futuro, porque a situação que o Brasil atravessa hoje em dia, no meu entender, está muito pior que o pré-64. Mas esse povo, como naquela época, fará valer sua força e nos salvará novamente desse comunismo, dessa ditadura desgraçada imposta por esse partido que atualmente está no Governo. (DISCURSOS..., 2020)

Essa constatação corrobora a ideia, já apresentada anteriormente, de que a característica essencial que define o povo, em Bolsonaro, seria sua oposição ao comunismo e à esquerda.

Gostaríamos de chamar atenção para um aspecto fundamental. Em Bolsonaro, o inimigo não é externo. Há, de fato, uma ordem comunista que opera a nível mundial da qual faziam parte os governos petistas, atrelada ao Foro de São Paulo e à UNASUL. Mas a ameaça não vem, aqui, na forma de fluxos migratórios com indivíduos estrangeiros que carregam consigo ideologias temerárias. A ameaça, nesse caso, é interna. Ela se manifesta essencialmente no PT e na “esquerdalha” (termo de Bolsonaro) que o sustenta. Frisemos: não se trata de uma elite corrupta ligada aos interesses internacionais que ameaçam o Brasil e o povo brasileiro como um todo. Trata-se, antes, de uma elite corrupta, sim, mas aliada de seus eleitores, responsáveis pela situação do

¹⁰ Pretende-se, em etapas posteriores de pesquisa, utilizar-se de ferramentas de processamento de linguagem natural (Natural Language Processing, NLP), um ramo da inteligência artificial que se encarrega de analisar e extrair o significado de discursos, de forma a podermos visualizar intersecções e afastamentos de sentidos nos discursos analisados, verificando padrões e correlações ao longo deles.

povo-oprimido. Aqui, o povo não está ligado à raça ou à nação territorialmente definida. O povo se define, em Bolsonaro, por seu lugar de opressão frente ao Partido dos Trabalhadores. É interessante notar que não é tarefa fácil localizar em Bolsonaro a definição precisa desse povo. Ele não clama pelos cristãos ou pelos conservadores em específico. Clama por uma espécie de união (que pode inclusive incluir pessoas sem religião, às quais já se referiu em seus discursos) em nome de uma moralidade comum que as proteja da (como ele a chama) “questão ideológica”, do “viés ideológico” frouxamente definido mas fortemente associado ao Partido dos Trabalhadores. É um povo que se define, portanto, negativamente, frente a um *establishment* político.

5 O que há de comum?

Esse trabalho é fruto de um incômodo. Trata-se do incômodo que emerge da percepção de que, em várias partes do mundo, lideranças de amplo apelo popular e espírito conservador têm galgado seu caminho em direção a postos de liderança. Chamados de populistas de direita por parte da mídia e da academia, projetos simultaneamente similares e discrepantes foram enquadrados em uma mesma categoria. Consideramos que era preciso testar esse enquadramento, utilizando-nos das lentes analíticas fornecidas pela escola de Essex.

Observamos que uma primeira análise dos dados disponíveis parece indicar que o discurso de Marine Le Pen (caso paradigmático dos populistas de direita europeus), se contém um inevitável elemento populista (tal qual definido por Laclau e Mouffe), articula-se sobretudo em torno da oposição entre a nação e aquilo que lhe é exterior. Em Le Pen, o povo é definido em relação ao território que ocupa, associado a uma determinada cultura própria e valores que se opõem à ordem internacional crescentemente globalizada na qual a França (sobretudo em sua inserção na União Europeia) se situa.

Caso diferente é aquele do Brasil. Aqui, o que se observa é que, muito antes de uma ordem internacional globalista, a oposição fundamental é aquela entre “nós” e a

ideologia petista. Trata-se, portanto, de uma dicotomização interna na qual o povo é definido por sua posição de opressão.

Apesar do que foi exposto acima, não se pode concluir que seja absurda a aproximação entre projetos distintos a qual resulta da designação “populismo de direita”. Não apenas ambos discursos articulam elementos populistas propriamente ditos, como são ambos resultado de um fenômeno comum, do qual são alvos tanto a França como o Brasil. Trata-se da ausência de canais políticos capazes de questionar a hegemonia do modelo neoliberal de globalização. (MOUFFE, 2013).

Na França, a hegemonia neoliberal se apresenta em sua forma mais bem-acabada. A União Europeia é a materialização dos sonhos hayekianos da federação de estados capaz de sustentar os princípios liberais. Ao longo de sua existência, testemunhou-se a progressiva neutralização da política interna dos estados nacionais e perda de soberania *vis-à-vis* a acordos que orientam a esfera supranacional. A consolidação do orçamento nacional e a austeridade fiscal tornaram-se princípios basilares dos Estados europeus. O domínio econômico foi alçado a esferas cada vez mais distantes da capacidade de atuação dos cidadãos, resultando na deseconomização da democracia e na desdemocratização da economia. (STREECK, 2014).

No Brasil, o segundo governo de Dilma marcou o fim da possibilidade de buscar-se conciliar interesses de mercado e interesses de justiça social. A crise da democracia brasileira iniciada em 2016 representou o auge do processo de divórcio entre política econômica e pressões democráticas populares. Desde a década de 1990, as reformas trabalhistas e da previdência, os cortes em gastos sociais e investimento público e a elevada taxa de juros vinham sinalizando a penetração do neoliberalismo em terras brasileiras. Semelhantemente à Europa, o avanço neoliberal significou a crescente precarização e terceirização do trabalho, a expansão do (altamente diversificado) setor de serviços e o estabelecimento da consolidação fiscal como meta primária da economia, em detrimento dos gastos sociais, tidos como empecilho. O *impeachment* de Dilma Rousseff foi o golpe final na módica liberdade de condução de política econômica de que ainda gozava o Brasil frente às pressões de uma contundente

diplomacia financeira internacional¹¹ (representada, entre outros, por organismos como o FMI).

O que observamos, portanto, na Europa como no Brasil, é o sucesso da hegemonia neoliberal. O consenso, expresso ostensivamente no salvamento aos bancos durante a crise de 2008, é de que não há, e não pode haver, alternativa. Há, contudo, uma tensão que advém desse fato. As instituições liberais têm como função precisamente garantir que conflitos possam ser resolvidos de maneira interadministrativa pela democracia, por meio da qual, em se tendo uma grande pluralidade de opiniões, é possível chegar a um todo harmonioso¹². Uma democracia plenamente funcional, portanto, exige o confronto entre posições políticas. Com o triunfo do neoliberalismo, entretanto, a ordem política torna-se crescentemente impermeável às demandas individuais.

Nessas circunstâncias, o confronto democrático pode ser substituído pelo confronto entre “valores morais não negociáveis ou formas essencialistas de identificação. Ênfase excessiva no consenso, juntamente com a aversão ao confronto, leva à apatia e desafeição quanto à participação política” (MOUFFE, 2013, p. 222, tradução nossa)¹³. É, portanto, a hegemonia ela própria que carrega consigo as tensões que podem vir a confrontá-la. É quando as demandas populares não encontram vias democráticas de absorção pela ordem política que elas podem aglutinar-se na forma de um único sujeito popular, criando as condições para uma ruptura populista e/ou nacionalista. O terreno torna-se livre para que se proliferem várias formas de identificação em torno de nacionalidades e etnias, bem como para a expansão dos conflitos em torno de valores morais não negociáveis.

¹¹ Termo de Wolfgang Streeck (2014)

¹² Este é um aspecto da democracia liberal que está em flagrante desacordo com a dimensão inerentemente antagonística do político, em que questões propriamente políticas podem não ter uma solução harmoniosa e técnica, em que o embate é uma realidade. O individualismo liberal é cego à formação das identidades coletivas que se formam no processo de diferenciação inerente à sociedade: aquilo que é a própria condição da formação da sociedade (a identificação diferencial) representa também a impossibilidade do fim do antagonismo.

¹³ non-negotiable moral values or essentialist forms of identifications. Too much emphasis on consensus, together with aversion towards confrontations, leads to apathy and to a disaffection with political participation.

A emergência de discursos de extrema-direita e sua rápida expansão mundial no século XXI dificilmente poderia ser atribuída ao fortalecimento de uma ideologia comum, como o fascismo ou o comunismo no início do século passado. De fato, os projetos de Bolsonaro e Le Pen divergem em uma série de pontos importantes, e sua retórica, como sugerimos, está atrelada a lógicas diferentes. São lideranças que se opõem a uma determinada ordem, mas ela não é a mesma: para Le Pen, a ordem é representada pelos globalistas e pela União Europeia, para Bolsonaro, a ordem é representada pelo PT. A emergência desse fenômeno global, entretanto, dificilmente poderia ser considerada uma coincidência. Gostaríamos de sugerir tratar-se, antes, de respostas regionais a uma mesma circunstância inescapável, lá e cá, isto é, o triunfo final do neoliberalismo sobre a democracia, responsável por blindá-la das pressões populares.

Na França, isso se deu (de maneira mais explícita) por meio das instituições liberais supranacionais, que escancaram a impotência do Estado nacional. Nesse terreno pode disseminar-se com relativa facilidade o discurso tradicionalmente conservador, nacionalista e xenófobo do Rassemblement, remodelado para incluir a aversão ao globalismo. Já no Brasil o neoliberalismo pode estabelecer seu reino de maneira mais sutil. Se, de uma parte, foi atizado pela diplomacia financeira internacional e seus organismos, foi por meio de sucessivos governos (de Collor a Dilma) que atuou alçando a política econômica a uma esfera cada vez mais distante da sociedade (daí as flagrantes similaridades que podemos encontrar entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, por exemplo), não propriamente através de instituições e organizações supranacionais. Este fato, se somado à tradição anticomunista da direita brasileira e especificamente de determinados setores das Forças Armadas aos quais se alinha Jair Bolsonaro, pode ajudar a compreender a expressão brasileira do grito antissistêmico que ecoa na Europa e na América e que pode, se assim quisermos, ser compreendido sob o signo do populismo. Entender esse fenômeno, no entanto, passa principalmente pela compreensão da crise da qual se origina e as relações de hegemonia nas quais se insere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCEL, Nicolas; LEMAIRE, Sandrine; BLANCHARD, P. La fracture coloniale: une crise française. **La Fracture coloniale**. La société française au prisme de l'héritage colonial, p. 9-32, 2005.

CAMUS, Jean-Yves. Chapitre 1. Origine et formation du front national (1972-1981). In: **Le Front national à découvert**. Presses de Sciences Po, 1996.

CANOVAN, Margaret. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. **Political studies**, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999.

DAVIES, Peter. **The National Front in France: ideology, discourse and power**. Routledge, 2012.

DE CLEEN, Benjamin; STAVRAKAKIS, Yannis. Distinctions and articulations: A discourse theoretical framework for the study of populism and nationalism. **Javnost-The Public**, v. 24, n. 4, 2017.

DISCURSOS e notas taquigráficas. Câmara dos Deputados. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/pesquisaDiscursos.asp>>. Acesso em 28 out. 2020.

DI TELLA, Torcuato S. Populismo y reformismo. In: GERMANI, G.; DI TELLA, T. S.; IANNI, O. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. México D.F: Ediciones Era, 1973, p. 38-82.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de história**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GERMANI, Gino. De la sociedad tradicional a la participación total en America Latina. In: GERMANI, G. **Política y sociedad en una época de transición**. 1971.

IANNI, Octavio. **A política populista**. A formação do Estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JØRGENSEN, Marianne W.; PHILLIPS, Louise J. **Discourse analysis as theory and method**. Sage, 2002.

JOURNAL OFFICIEL. Assemblée Nationale. Disponível em:
<http://www.assemblee-nationale.fr/15/debats/>. Acesso em 28 out. 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Verso Trade, 2014.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name. **Populism and the Mirror of Democracy**, v. 48, 2005.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEBOURG, Nicolas; PREDA, Jonathan; BEAUREGARD, Joseph. Aux racines du FN. **L'histoire du mouvement Ordre nouveau**. Paris: Fondation Jean-Jaurès, 2014.

MBEMBE, Achille. La République et l'impensé de la "race". **La fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial**, p. 139-53, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: Thinking the world politically**. Verso Books, 2013.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A very short introduction**. Oxford University Press, 2017.

STANLEY, Ben. The thin ideology of populism. **Journal of political ideologies**, v. 13, n. 1, p. 95-110, 2008.

STAVRAKAKIS, Yannis. Antinomies of formalism: Laclau's theory of populism and the lessons from religious populism in Greece. **Journal of Political Ideologies**, v. 9, n. 3, p. 253-267, 2004.

STAVRAKAKIS, Yannis. Discourse theory in populism research. **Journal of Language and Politics**, v. 16, n. 4, p. 523-534, 2017a.

STAVRAKAKIS, Yannis et al. Extreme right-wing populism in Europe: revisiting a reified association. **Critical Discourse Studies**, v. 14, n. 4, p. 420-439, 2017b.

STOCKEMER, Daniel. **The Front National in France: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen**. Springer, 2017.

STREECK, Wolfgang. **Buying time: The delayed crisis of democratic capitalism**. Verso Books, 2014.

VAN KESSEL, Stijn. **Populist parties in Europe: Agents of discontent?**. Springer, 2015.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WODAK, Ruth; KHOSRAVINIK, Majid; MRAL, Brigitte (Ed.). **Right-wing populism in Europe: Politics and discourse.** A&C Black, 2013.